

Values and Ethics in Adapted Sport: A bibliographic review

Os Valores e a Ética no Desporto Adaptado: uma revisão bibliográfica

Tadeu Celestino^{1,2,3}, Antonino Pereira^{3,4}

¹Agrupamento de Escolas de Nelas; ²Invictus Viseu – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural, ³Centro de Estudos em Educação, Tecnologia e Saúde (CI&DETS) ⁴Escola Superior de Educação de Viseu

Abstract

Sport in its different forms of achievement is a unique field for the exaltation of the values of ethics and morals. However, in recent times there has been a certain axiological disorientation that may call into question the full realization of these principles. Particularly in adapted sport, the high performance paradigm entails the need for greater linkage to values and sports ethics. However, when we seek to deepen our knowledge of this subject, we are confronted with the scarcity of research that seeks to analyze this issue in depth. Thus, the objective of this review was to identify and analyze the main topics addressed in the scientific research in the field of values and ethics in the context of adapted sport. In this sense, we did a research in the B-On database and selected the works whose subjects, themes and keywords explicitly referred to ethics in adapted sport. A total of 116331 publications were identified, of which only 7 met the previously defined inclusion and exclusion criteria. The results indicate that there is a gap in analyzing the values of sport ethics objectively and in depth. It is also identified that the main ethical dilemmas are around the eligibility and classification process, the use of technical aids as a competitive advantage and doping practices.

Keywords: Adapted sport, performance, values, equality and sport equity

Resumo

O desporto nas suas diferentes formas de realização representa um campo ímpar de exaltação dos valores da ética e da moral. Porém, nos últimos tempos tem-se assistido a uma certa desorientação axiológica que poderá colocar em causa a plena materialização destes princípios. Particularmente no desporto adaptado, o paradigma do alto rendimento acarreta a necessidade de uma maior vinculação aos valores e da ética desportiva. Contudo, quando procuramos aprofundar o conhecimento desta temática confrontamo-nos com a escassez de investigação que procure analisar de um modo aprofundado tal temática. Assim, o objetivo desta revisão foi o de identificar e analisar as principais temáticas abordadas ao nível da investigação científica no âmbito dos valores e da ética no contexto do desporto adaptado. Neste sentido, realizamos uma pesquisa na base de dados B-On e selecionamos os trabalhos cujos assuntos, temas e palavras-chave se referissem de modo explícitos à temática da ética no desporto adaptado. Foram identificados um total de 116331 publicações, dos quais apenas 7 cumpriam os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Os resultados indicam haver um hiato quanto à análise dos valores da ética desportiva objetivamente e em profundidade. Identifica-se também que os principais dilemas éticos situam-se em torno do processo de elegibilidade e classificação, o uso de ajudas técnicas como vantagem competitiva e as práticas de dopagem.

Palavras-Chave: desporto adaptado, performance, valores, igualdade e equidade desportiva

Introdução

Emergido sob uma perspetiva humanista o desporto na atualidade configura-se como uma escola de valores, onde se promovem os princípios base da virtude humana. Este é um palco de realização humana por excelência, um veículo de transmissão de cultura, de sabedoria, de ética e de estética possibilitando um aperfeiçoamento constante em busca da excelência humana (Marinho, 2007).

No desporto exortam-se os valores da verdade, da tolerância, do respeito, da determinação e da honestidade em busca do que é bom e distinto. Efetivamente nas práticas desportivas a ética caracteriza-se por ser um exercício crítico-reflexivo sobre a moral visível nas normas, valores e símbolos refletidos nas condutas dos participantes (Figueiredo, 2015). Assim, o desporto moderno tem subjacente a crença na equidade de oportunidades, baseada no desinteresse para além da competição em si mesma. Defende-se que ganhe o melhor, o que tem maior capacidade e que revelou mais trabalho, dedicação para obter a vitória. Integra, pois, uma moral de respeito pela dignidade de uns para com os outros (Marivoet, 1998).

Face a estas virtualidades, as práticas desportivas constituem-se um fenómeno social total, reconhecido e enaltecido por uma multiplicidade e diversidade de setores sociais (Lipovetsky, 2007). Este fenómeno cinge-se numa pluralidade de motivos, finalidades, sujeitos e praticantes (Celestino & Pereira, 2015), consumando-se numa prática acessível a todos independentemente do género, condição e estado, com o objetivo da saúde, da recreação, da estética corporal, da reabilitação e inclusão (Bento, 2014).

Consequentemente, valores da ética como a solidariedade, a dedicação, a superação, o rigor, a disciplina, o respeito pelo outro e pelas regras, a honestidade, devem ser norteadores de todas as práticas e ações desportivas. Efetivamente, estes configuram-se normativos que devem reger a busca da transcendência, do querer ganhar qualquer que seja o seu âmbito, contexto ou forma de realização. Evidencia-se assim, que as práticas desportivas alicerçam-se numa moral de respeito pela dignidade de uns para com os outros, sob um código de lealdade, e no reconhecimento de instâncias normativas e disciplinares que fiscalizam e regulam os quadros competitivos (Marivoet, 1988).

Porém, hoje assistimos a grandes mutações sociais que se repercutem na alteração das crenças, atitudes e ações dos indivíduos modificando, inequivocamente, a sua forma de viver e estar em sociedade. Na realidade tem sido cada vez mais notório o surgimento de um novo quadro axiológico caracterizado por termos como o individualismo, o hedonismo, a indeterminação, a personalização (Gervilla, 1993). Com efeito, assistimos a um declínio dos valores do esforço, do rigor, da disciplina, do trabalho (Lipovetsky, 1994), à relativização dos princípios e valores, e do afrouxamento dos vínculos e deveres, normas e regras (Bento, 2012). A tônica dominante é a da qualidade de vida e bem-estar,

do convívio, do culto do corpo, do prazer imediato, do risco e do consumismo (Silva, 2016) que se tem traduzido no elevar da falta de carácter, na escassez de moralismo e de ética.

Particularmente no desporto, campo ímpar de realização humana, no qual se incluem também as práticas desportivas adaptadas para pessoas com deficiência, não é imune às vicissitudes da sociedade agora globalizada. Neste contexto social, o desporto é transfigurado fazendo transparecer que os ideais de outrora pareçam utopias na realidade de hoje. Com efeito, vivemos numa sociedade consumista e mediática, onde o individualismo e o vedetismo se impõem como objetivos maiores de sucesso na autorrealização individual. Nesta conjuntura, as práticas desportivas, pela sua natureza social reúnem os requisitos essenciais para o concretizar deste desiderato (Marivoet, 1998) procurado por muitos.

Por conseguinte o desporto, como fator sociocultural sofre a interferência dos interesses da sociedade, tende também a nortear-se pelas suas conveniências que, por vezes nem sempre se coadunam com os valores da ética desportiva. Nesta perspetiva, o próprio comportamento ético de um indivíduo é uma consequência dos elementos intrínsecos ao próprio indivíduo, mas também, dos elementos referentes ao contexto histórico e ambiental que o rodeia (Lima & Marcolino, 2012).

Por conseguinte, parece-nos bastante perceptível que nas práticas desportivas nos diferentes campos de realização se viva hoje momentos conturbados na preservação dos ideais da ética e da moralidade. Constata-se pois, e apesar das diversas campanhas (apelos) de promoção da ética, *fair-play* e das boas práticas no desporto, assim como dos diversos documentos de referência no desporto que abordam as questões da ética desportiva (Carta Olímpica, Carta Internacional da Educação Física e do Desporto, Código de Ética Desportiva, Carta Internacional de Educação para o Lazer, Livro Branco do Desporto da Comissão Europeia, entre outros) (Pereira, Mendes, & Figueiredo, 2013), são ainda visíveis atropelos à ética e moral desportiva nos diferentes contextos de realização perpetuados por atletas de diferentes condições, escalões etários, e por treinadores, dirigentes e pais, o que representa para nós uma profunda preocupação.

Emergido da atividade física adaptada, como meio de reabilitação física e inclusão social dos indivíduos vítimas da segunda guerra mundial, o desporto adaptado, conceptualmente caracteriza-se por aglutinar todas as modalidades desportivas, que por meio de readaptações das características funcionais regulamentares, possibilitam a sua prática por pessoas com determinada deficiência ou limitação (Celestino & Pereira, 2015; Hernández, 2000; Tejero, Vaíllo & Rivas, 2012). No mesmo sentido inclui-se também, novas modalidades desportivas desenvolvidas especificamente para ir ao encontro das singularidades de terminada deficiência ou indivíduos (Tejero et al., 2012).

Ao longo da sua evolução o desporto adaptado tem conseguido conservar os objetivos e valores defendidos por Guttman (1976) para a sua criação. Inicialmente caracterizava-se por ser um modelo puramente

reabilitativo, que com o tempo foi evoluindo para o paradigma do alto rendimento desportivo (Brittain, 2010; Schantz & Gilbert, 2008), cujo expoente máximo se materializa nos Jogos Paralímpicos (Brittain, 2010; Howe, 2008). Facto este que na atualidade se tem configurado como um importante catalisador de notoriedade e catapultado o desporto adaptado para a dimensão da performance do alto rendimento desportivo. Neste sentido afigura-se como um dos poucos meios pelo qual os indivíduos portadores de deficiência conseguem definitivamente afirmar as suas potencialidades e obter algum reconhecimento e valorização pela sociedade (Antunes & Galvão, 2014). Tal facto, e observando o paradigma social vigente, bem como as especificidades e particularidades destas práticas desportivas julgamos ser importante exigir aos diferentes agentes desportivos a necessidade de reforçar os vínculos aos valores morais, à ética desportiva e às boas práticas no desporto. Reforçando esta perspetiva, parece-nos então consensual que o potencial de formação humana do desporto só se efetiva se as diretrizes para a formação desportiva incluírem orientações concretas de uma prática efetiva da moral e ética desportiva ao longo do tempo de formação/educação do desportista. Nesta ótica, “os valores só são verdadeiramente assumidos quando resultam da prática dos mesmos e portanto os conceitos Éticos só valem pela sua própria aplicação. A ética mais que ser apregoada tem que ser praticada” (Graça, 2013, p.18).

O campo de estudo das atividades físicas desportivas adaptadas ainda é uma temática recente no contexto das Ciências do Desporto, constatando-se, pois, que ainda são muitos os tópicos por explorar e serem investigados (Bredahl, 2008). De entre estes, destacam-se a reflexão e estudo acerca das temáticas associadas aos valores da ética e da moral desportiva neste contexto (Bredahl, 2008; Reid, 2000).

Efetivamente, numa revisão das principais áreas de investigação desenvolvidas neste contexto, o Comité Médico e Científico do Comité Paralímpico Internacional, citado por Doll-Tepper (1995), identifica 15 áreas de investigação, como se observa na tabela 1, na qual não figura nenhuma área que aborda a temática dos valores da ética desportiva. Mais recentemente Celestino e Pereira (2016) verificaram que as principais linhas de investigação desenvolvidas neste contexto de realização se têm situado na importância da interligação entre o desporto e a deficiência e, particularmente, no estudo da história do movimento paralímpico, a inclusão social no desporto, os benefícios para a saúde, as perceções e auto perceções dos atletas portadores de deficiência e o desporto como atividade de lazer.

Por conseguinte, e considerando a transfiguração social que assistimos, o emergir de um novo quadro axiológico, a crescente notoriedade das atividades desportivas adaptadas para pessoas com deficiências, o hiato que remanesce quanto ao estudo das questões dos valores e da ética neste contexto, julgamos ser pertinente desenvolver uma análise centrada no estado da arte nesta

temática. Assim, o propósito deste estudo é, através de uma revisão da literatura, identificar e analisar as principais temáticas no âmbito dos valores e da ética estudadas no contexto das atividades físicas desportivas adaptadas.

Tabela 1 - Áreas de investigação identificadas pelo Comité Médico e Científico do Comité Paralímpico Internacional (adaptado de Doll-Tepper, 1995).

Áreas temáticas de investigação	
Classificação desportiva	O público nos eventos desportivos adaptados
Inclusão/integração	O papel dos meios de comunicação
Aplicação dos princípios para o rendimento	Igualdade na prática desportiva (género, raça, ...)
Avaliação e controlo do treino	Difusão da informação
Barreiras à participação desportiva	Desporto, iniciação desportiva
Atitudes face ao desporto adaptado	Lesões no desporto adaptado (etiologia, prevenção e tratamento, ...)
	Motivação e adesão à prática desportiva adaptada
Autossuperação (<i>empowerment</i>)	Retiro da prática desportiva

Metodologia

Estratégia de pesquisa

Como método de pesquisa, realizámos um levantamento bibliográfico sistemático de estudos empíricos indexados na base de dados B-On, a qual agrega diferentes recursos de pesquisa (PubMed, Science direct Search Direct, Web of Science, Scielo, etc), no período entre 1948 e 2017, utilizando a combinação entre as palavras-chave da tabela 2 para a identificação dos estudos.

Tabela 2 – Termos de pesquisa

Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3
	Disability	
	Paralympic	Sports
Ethics	Adapted	
	Athletes	Disability

Como critérios de inclusão e exclusão apenas foram tidos em consideração os estudos e trabalhos cujo conteúdo e objetivo de análise se situassem no âmbito do desporto adaptado, excluindo-se todos as publicações que aludissem a temáticas relacionadas com atividade física adaptada ou similares. No mesmo sentido, apenas foram incluídos trabalhos cujo assunto, palavras-chave ou título referissem explicitamente o termo “ética”. Por forma a assegurar a validade da pesquisa, apenas foram incluídos trabalhos completos *peer-review*.

Resultados

Os termos da pesquisa permitiram-nos identificar um total de 116331 publicações nas diferentes bases de dados. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão para a presente análise resultaram apenas 7 (ver tabela 3).

Face aos resultados apurados numa primeira instância é possível inferir que a produção científica relacionada com a temática dos valores da ética desportiva neste contexto é ainda escassa. Efetivamente, face à transversalidade e multiplicidade das questões que preenchem o campo da ética desportiva observa-se um hiato quanto à produção científica que se debruce objetivamente na análise desta temática em profundidade.

Por outro lado, dos estudos analisados, facilmente se infere que as dimensões emergentes são conseqüentes de problematizações resultantes de uma configuração multidisciplinar de análise, e refletem aquilo que são as principais disciplinas de estudo no âmbito do desporto adaptado como a biomecânica, o comportamento motor e a inclusão social dos desportistas deficientes (Porretta & Sherrill, 2005).

De igual modo, as problemáticas analisadas, os assuntos discutidos e as conclusões apuradas revelam questões e problemáticas fraturantes do campo do desporto adaptado. Os dilemas emergidos são suscetíveis da necessidade de uma análise e reflexão mais aprofundada desde um ponto de vista daquilo que é a ética e as boas práticas no desporto, em particular no desporto adaptado. Assim, os principais assuntos identificados centram-se, essencialmente, nos dilemas éticos associados às problemáticas levantadas pelas discussões em torno: 1) do processo de elegibilidade e classificação dos atletas para a prática desportiva; 2) do uso de ajudas técnicas e de tecnologia como vantagem competitiva; 3) das práticas da dopagem.

Discussão

O debate e a análise científica dos valores e da ética no contexto do desporto adaptado é efetivamente muito recente (Bredahl, 2008). Com efeito só com o surgimento do caso de Oscar Pistorius, atleta paralímpico, e o seu desejo de competir nas Olimpíadas se começou a dar mais ênfase e destaque aos dilemas e problemáticas do ponto de vista ético surgidos pela participação de pessoas com deficiência no desporto de rendimento.

Entre essas questões a literatura tem vindo a realçar o intenso debate que se desenvolve, entre os diversos agentes desportivos, em torno da controversa questão da elegibilidade e classificação para a prática desportiva adaptada (DePauw & Gavron, 2005; Brittain, 2010).

Com efeito, a condição de desportista com deficiência face à sua funcionalidade pressupõe a existência de uma limitação ou incapacidade que se pode traduzir numa desvantagem para a realização desportiva. Neste sentido, o propósito de um sistema de classificação e elegibilidade

desportiva é o de possibilitar a participação desportiva de pessoas com deficiência em igualdade de circunstâncias. Do mesmo modo, alicerçado num referencial axiológico assente nos valores da igualdade, equidade e da verdade na competição, o processo de elegibilidade e classificação deve acima de tudo procurar promover o sucesso desportivo dos atletas através da potenciação das suas capacidades, habilidades e aptidões (Sherrill, 1999; Tweedy & Vanlandewijck, 2011).

Porém, o dilema identificado reside, essencialmente, nas questões da operacionalização de um sistema justo de classificação e elegibilidade dos atletas com deficiência que vá ao encontro dos valores da igualdade e equidade para todos os grupos de deficiência, e que do mesmo modo promova a sua participação desportiva com base nos desideratos de uma competição em igualdade de circunstâncias entre todos e reduza o impacto dos tipos de deficiência elegíveis nos resultados da competição (Tweedy & Vanlandewijck, 2011).

Neste sentido, e face à diversidade de variáveis inerentes a cada deficiência, o debate nesta dimensão tem trazido à discussão a necessidade de se considerar, não apenas o tipo de deficiência, mas também até que ponto as limitações decorrentes dessa deficiência podem ser atenuadas através do treino (Beckman & Tweedy, 2009; Tweedy & Vanlandewijck, 2011).

Não obstante, e face ao exposto, a mais recente literatura nesse contexto tem vindo a apontar a necessidade da adoção de um sistema de avaliação mais rigoroso e equitativo, assente numa perspetiva de classificação funcional baseado em evidências (Hutzler, 2011), sob uma perspetiva multidisciplinar de observação e análise.

Muitas pessoas com deficiência dependem de ajudas técnicas para anular e minorar os efeitos dos comprometimentos resultantes da deficiência, e deste modo poder aceder e desenvolver atividades da sua rotina diária que de outra forma lhes estariam vetadas. Particularmente no desporto tem sido inegável o precioso contributo desta tecnologia no acesso à prática desportiva. Porém, esta evolução nem sempre tem sido acompanhada pela atualização dos normativos reguladores da prática desportiva levantando algumas questões relacionadas quer com a equidade no seu acesso (Dyer, 2015), quer com a paridade no uso em competição.

Assim, o cerne desta problematização encontra-se fundamentalmente na suposta vantagem competitiva que o uso destas ajudas podem proporcionar ao nível da maximização do desempenho, normalmente designado por doping tecnológico (Marcinelli et al., 2012) e que agudizam as perceções de injustiça competitiva entre os atletas. O grande desafio colocado à investigação, e particularmente às ciências do desporto, é o de determinar o ponto exato em que a tecnologia auxilia a prática desportiva e identificar o momento a partir do qual se está a disvirtualizar o desempenho desportivo (Burkett, et al., 2011).

Tabela 3 – Artigos selecionados para análise

Autor (ano)	Problemática	Objetivo	Principais Conclusões
Howe, D. (2008)	Classificação e elegibilidade	Usando dados etnográficos o artigo explora o recente debate que reside em torno do processo de classificação desportiva nas modalidades do atletismo adaptado.	A necessidade da adoção por parte do Comité Paralímpico Internacional de uma cultura mais equitativa e de aceitação de todos os tipos de deficiência, a fim de cumprir as ideias paralímpicas materializados nos valores do "capacitar, inspirar e alcançar".
Van Hilvoorde, & Landeweerd, (2010)	Classificação e elegibilidade	Refletir em torno da problematização levantada pela classificação desportiva, à luz da conceptualização de normalidade.	O desejo de participação de atletas com deficiência em competições desportivas regulares pode ser visto como uma forma de inclusão ou integração, mas contrariamente, reforça as diferenças e realça a ordem hierárquica entre os corpos ditos normais e deficientes.
McNamee, (2011)	Classificação e elegibilidade	Procura trazer à luz a reflexão e discussão em torno: do processo de classificação de atletas; o abuso da isenção para uso terapêutico; a tecnologia e a equidade competitiva; e a elegibilidade para a participação nos Jogos Paralímpicos.	
Burketta, McNameeb, & Potthastc, (2011)	Tecnologia e paridade desportiva	Analisar biomecanicamente o padrão de marcha e corrida de Oscar Pistorius (e de outros corredores de elite) no âmbito de argumentos filosóficos mais gerais relativos à deficiência, à tecnologia e ao desporto, por forma a refletir a eventualidade de mudanças ao nível das políticas sobre a deficiência, tecnologias e desporto.	Coloca-se o desafio à medicina desportiva e investigação o desenvolvimento de conhecimento e diretrizes por forma a influenciar o desenvolvimento de boas políticas onde se possa combinar a tecnologia e o atleta, e concomitantemente se salvguarde os princípios da integridade da competição, da acessibilidade desportiva, da equidade e igualdade no acesso à tecnologia.
Howe (2011)	Tecnologia e paridade desportiva	Explora a inter-relação entre o processo de classificação e as questões levantadas pela "cyborgification" que envolve as tecnologias facilitadoras da mobilidade e auxiliam a prática desportiva de indivíduos com deficiência. Neste sentido, o autor questiona se os avanços tecnológicos estão a capacitar ou descapacitar os atletas com deficiência.	O acesso à tecnologia de ponta, que eleva os níveis de desempenho, por parte de uma exclusividade de atletas com deficiência pode configurar-se com um meio de exclusão para uma larga maioria de atletas com recursos para adquirir essa tecnologia. Este aspeto tem vindo a caracterizar o fenómeno desportivo adaptado, que se tem desenvolvido em torno destes atletas com maiores recursos elevando o seu <i>status</i> social. Porém este paradigma pode configurar-se negativo e injusto para aqueles atletas com deficiência que nunca poderão aceder a este tipo de tecnologia, levando-os à sua descapacitação por não poderem tirar proveito e uso explícito da tecnologia.
Santamaria & Mazzeo (2014)	Doping	Apresentar várias razões subjacentes à dopagem nos atletas, assim como as principais formas de dopagem no âmbito do desporto adaptado.	A complexidade dos dilemas éticos levantados pela problemática do doping, estão intimamente relacionados com os avanços científicos e tecnológicos no âmbito das ciências do desporto os quais as diversas instituições desportivas não conseguem assertivamente dar uma resposta ética eficaz. Urge a necessidade de respostas mais assertivas para questões mais prementes que não podem ser ignoradas.
Mazzeo Santamaria & Iavarone (2015)	Doping	Consciencializar e compreender o "Boosting" como prática médica grave, autoinduzida por atletas para obter, injustamente, uma vantagem competitiva. No mesmo sentido sublinhar que, embora esta prática médica tem o mesmo objetivo da dopagem, a mesma não consta da lista da Agência Mundial Antidopagem (AMA) como um dos métodos de dopagem e, por conseguinte, não é proibida por esta agência.	O "Boosting" é uma prática que pode ser comparada aos métodos de dopagem e como tal é proibida pelo Comité Paralímpico Internacional. Pese embora, a mesma não se configura como tal na Lista de Substâncias e Métodos Proibidos pela Agência Mundial Antidopagem. Deste modo é imprescindível sensibilizar os atletas paralímpicos com lesão da medula espinal sobre os riscos da prática de "Boosting", através de programas de formação visando aumentar o conhecimento e a consciência quer dos atletas quer da população geral.

O paradigma do desporto adaptado de alto rendimento tem sido um dos principais veículos catalisadores da promoção das potencialidades, capacidades e inversão do estigma social que ainda subsiste para com as pessoas com deficiência (Celestino & Pereira, 2016). As performances de elevada exceção realizadas por atletas com deficiência conferem-lhes uma maior visibilidade e reconhecimento social. Porém, a combinação da necessidade de alcançar tal *status* e as recompensas que lhe estão associadas, bem como a fragilidade da natureza humana potenciam, por vezes, o ultrapassar dos princípios éticos e normativos regentes do desporto e da competição. Assim, valores como a proteção da saúde, da equidade, igualdade entre todos os atletas são relegados para segundo plano e a prioridade passa a ser a melhor performance a todo o custo.

Neste sentido, o recurso ao doping também se começa a configurar uma prática recorrente por parte de atletas com deficiência na tentativa de obterem um melhor desempenho desportivo (Mazzeo, Santamaria, & Iavarone, 2015; Webborn & Van de Vliet, 2012). Constitui-se assim como um dos mais preocupantes dilemas éticos com que as organizações desportivas se têm vindo atualmente a confrontar neste campo de realização humana.

Relacionadas com estas práticas identificam-se questões psicológicas, emocionais, sociais e psicofisiológicas (Messina, 2006) que envolvem o atleta e que se materializam, essencialmente, em razões de natureza económica, de aparência física, assim como motivações associadas ao receio do fracasso, à competitividade excessiva e a pressões sociais de diversa ordem (Santamaria & Mazzeo, 2014).

Particularmente no campo do desporto adaptado as práticas dopantes mais recorrentes materializam-se na ingestão e administração de substâncias, no uso de tecnologia de apoio, assim como no *Boosting* (Bhambhani et al., 2010), prática que consiste na indução intencional da Disreflexia autonómica (prática efetuada por atletas com lesão medular alta, que consiste no aumento intencional e súbito da pressão arterial, em resultado da hiperatividade simpática não controlada, em resposta a um estímulo abaixo da lesão medular) com a intensão clara de melhorar o desempenho desportivo com elevados riscos para a saúde do atleta.

Face à perigosidade deste método, o Comité Paralímpico Internacional proíbe expressamente a sua utilização (Bhambhani, 2002; Bhambhani et al., 2010). Porém, a mesma não é reconhecida como um método fraudulento pela Agência Mundial Antidopagem, e por conseguinte não é proibida por esta agência (Bhambhani, et al., 2012). Tal facto tem causado grande controvérsia e discussão no seio da comunidade desportiva adaptada que vê nesta prática uma clara violação dos princípios da proteção da saúde, da equidade e da igualdade de todos os atletas.

Implicações para a prática

Estas evidências vêm por em destaque a necessidade de reforçar a potenciação e sensibilização de todos os

agentes desportivos para a importância da defesa da integridade física, psicológica e social de todos os atletas, particularmente aqueles com deficiência. E concomitantemente dissuadir comportamentos eticamente incorretos no desporto e na vida. Neste sentido, e para além das problemáticas situadas no campo da ética desportiva que se identificam neste contexto são ainda diversos os desafios que se colocam a nível do desporto adaptado, ainda mais com o crescente significado e expressão na sociedade atual.

Assim, pese embora o amplo consenso acerca do potencial do desporto na formação humana dos indivíduos, tal só se efetiva se as diretrizes para a formação desportiva incluírem orientações concretas de uma prática efetiva dos valores da ética e da moral desportiva ao longo do processo de formação/educação do desportista.

Formação ética/desportiva

Por conseguinte, numa primeira instância é imperioso tomar consciência que o agir com ética no desporto, independentemente do seu contexto, de modo consistente e perpétuo no tempo precede da necessidade de haver uma contínua e robusta formação e educação para os valores e princípios éticos no desporto. Deste modo, importa destacar que face ao hiato de estudos acerca dos processos e sistemas subjacentes à formação/desenvolvimento desportivo dos indivíduos portadores de deficiência em Portugal (Carvalho, 2004; Celestino & Pereira, 2016; Saraiva, Almeida, Oliveira, Fernandes, & Cruz-Santos, 2013; Sousa, Corredeira, & Pereira, 2013) é oportuno aquando o desenvolvimento destes modelos, os mesmos serem alicerçados em perspetivas ecléticas e multidimensionais de desenvolvimento dos praticantes desportivos com deficiência com ênfase no seu desenvolvimento bio-psico-socio-axiológico (Celestino & Pereira, 2013).

Concomitantemente devemos assumir a consciência que a formação desportiva deve ir mais além do ensino e treino das habilidades motoras de normativos subjacentes a cada modalidade desportiva, e de forma assertiva congregar na sua estruturação os princípios basilares da ética e da moral no desporto e na vida.

Em suma todo o desportista, com deficiência ou não, e particularmente o de alto rendimento deve assumir uma postura de responsabilidade e integridade perante a sociedade. O seu objetivo deve ser a excelência, não apenas a excelência de desempenho, mas a excelência pessoal (Celestino, Leitão, & Pereira, 2016), de modo a manter uma postura ética e correta em qualquer circunstância, e assim configurar-se um exemplo ímpar a seguir por todos.

Por outras palavras, um campeão é um modelo da performance de excelência, da moral, não apenas por saber aquilo que é o mais correto, mas acima de tudo o saber agir em conformidade demonstrando saber agir em conformidade exibindo, pois, um alto grau de formação integral (Bento, 2006). A excelência não surge, pois, a

qualquer preço, é o produto da vontade, da perseverança, da honestidade e da correção em busca da *aretê*.

Treinador/Técnico como referencial ético

O treinador/técnico enquanto agente principal da condução do processo de treino/ensino assume uma responsabilidade acrescida na formação multidimensional destes praticantes. Neste processo, enquanto agente socializador de outros, o seu comportamento e atitude tem uma influência decisiva e condicionadora de atitudes, comportamentos e desempenhos dos seus atletas. Consequentemente, ele deve assumir a responsabilidade da transmissão dos conhecimentos, das técnicas e táticas mas também dos valores, da ética desportiva e que se querem manifestados na prática desportiva. Deste modo, neste processo educativo, para o treinador é importante todo o conhecimento que envolve o processo de treino e a ação desportiva, mas mais essencial é aquilo que é enquanto indivíduo e o exemplo que transmite aos outros. Assim, este deve educar, respeitar e responsabilizar-se pelo ser que vive em cada desportista, atleta (Marinho & Silva, 2016).

Assim, importa reforçar que no processo de treino, a educação para os valores da ética e da moral desportiva é parte integrante deste processo. Neste sentido, o treinador/técnico na planificação de um bom treino/atividade deve contemplar as vertentes motoras, cognitivas e sociais (Gonçalves, 2014), devendo abranger, de forma intencional e direta, a multidimensionalidade do indivíduo.

Conclusão

O desporto como fato social total não é imune à interferência dos interesses da sociedade. Neste sentido constatamos que na atualidade as transformações sociais tendem a inverter o quadro axiológico que outrora caracterizava as práticas desportivas. Os valores como o rigor, o respeito, a justiça, a igualdade e a equidade, são peças basilares das práticas desportivas, e do desporto adaptado em particular, que tendem a sofrer a ingerência de uma sociedade capitalizada e globalizada. Particularmente, no campo de estudo do desporto adaptado identificamos escassas evidências e reflexões cujo objetivo concreto seja a análise mais aprofundada das questões dos valores e da ética.

Deste modo, com o objetivo de identificar e analisar as principais temáticas no âmbito dos valores e da ética estudadas no contexto do desporto adaptado, claramente depreendemos que o estudo desta temática está fragmentada por diversas disciplinas exigindo assim a adoção de uma perspetiva multidisciplinar de análise e compreensão.

De um ponto de vista das temáticas emergidas nesta revisão, estas demonstram aquilo que são as principais preocupações e problematizações que levantam questões

éticas no contexto do desporto adaptado de alto rendimento.

De igual forma evidenciam, e reforçam a necessidade de um melhor entendimento da singularidade dos seus diversos agentes que atuam neste campo desportivo e a especificidade das suas práticas. Por conseguinte, os dilemas de reflexão ética identificados prendem-se, essencialmente, com a aplicação e concretização efetiva dos valores da equidade, igualdade e integração e oportunidade de participação axiomas alicerces da génese do desporto adaptado.

Não obstante, uma das limitações deste estudo prede-se, essencialmente, com a escassez de investigações desenvolvidas quando restringimos a busca apenas ao contexto do desporto adaptado. Esta evidência por seu turno vem legitimar o apelo à necessidade de um maior investimento, por parte das Ciências do Desporto nesta área de estudo.

Assim, num contexto em que se reivindica a normalização das práticas desportivas adaptadas e a sua inclusão no desporto dito regular é imperioso impulsionar uma reflexão mais assertiva, com base em evidência científica, acerca do seu potencial axiológico para a formação multidimensional dos indivíduos. Concomitantemente é necessário sensibilizar os diferentes agentes desportivos do desporto adaptado para a importância da educação para os valores da ética e da moral desportiva como um meio catalisador da persecução de uma sociedade mais justa e igualitária uma vez que, os princípios e valores pelos quais orientamos as nossas boas ações devem ser universais.

Referências

- Antunes, J.M., & Galvão, A. (2014). A ética na defesa do atleta com deficiência. In M. Renaud (Org.), *Ética e Valores do Desporto*, (pp. 95-110), Lisboa: Edições Afrontamento.
- Beckman, E. M., & Tweedy, S. M. (2009). Towards evidence-based classification in Paralympic athletics: evaluating the validity of activity limitation tests for use in classification of Paralympic running events. *British Journal of Sports Medicine*, 43(13), 1067-1072. doi 10.1136/bjism.2009.061804.
- Bento, J. O. (2006). Pedagogia do Desporto: Definições, Conceitos e Orientações. In G. Tani, J. Bento & R. Petersen (Eds.), *Pedagogia do Desporto* (pp. 3-97). Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.
- Bento, J. O. (2012). *Corrida contra o tempo. Posições e intervenções*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física e Unicamp.
- Bento, J. O. (2014). Em nome do desporto. In A. Gaya e colaboradores (Eds.), *Educação física: Ordem, caos e utopia*, (pp. 135-177). Belo Horizonte, Brasil: Instituto Casa da Educação Física.

- Bhambhani, Y. (2002). Physiology of wheelchair racing in athletes with spinal cord injury. *Sports Medicine*, 32(1), 23-51.
- Bhambhani, Y., Mactavish, J., Warren, S., et al., (2010). Boosting in athletes with high-level spinal cord injury: knowledge, incidence and attitudes of athletes in paralympic sport. *Disability and rehabilitation*, 32(26), 2172-2190.
- Bhambhani, Y., Forbes, S., Forbes, J., Craven, B., Matsuura, C., & Rodgers, C. (2012). Physiologic responses of competitive canadian crosscountry skiers with disabilities. *Clinical Journal of Sport Medicine*, 22(1), 31-38.
- Bredahl, A. (2008). Ethical Aspects in Research in Adapted Physical Activity. *Sport, Ethics And Philosophy*, 2(2), 257-270. doi 10.1080/17511320802223881
- Brittain, I. (2010). *The Paralympic Games Explained*. New York: Routledge.
- Burkett, B., McNamee, M., & Potthast, W. (2011). Shifting boundaries in sports technology and disability: equal rights or unfair advantage in the case of Oscar Pistorius? *Disability & Society*, 26(5), 643-654.
- Carvalho, J. V. (2004). Da alta competição à recreação. Uma estratégia para os países de Língua Portuguesa. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 2(4), 18-20.
- Celestino, T., & Pereira, A. (2013). A Ética no Processo de Desenvolvimento do Praticante. Análise centrada nos modelos de formação desportiva. In *Seminário Ética no Desporto Move-te por Valores! Livro de Resumos* (pp. 39). Viseu: IPV/ESEV.
- Celestino, T., & Pereira, A. (2015). Adapted Orienteering: Characteristics and Potentialities of a Sport for Inclusion. *Revista Científica da FPDD*, 1(1), 12-17.
- Celestino, T., Leitão, J., & Pereira, A. (2016). Representações de excelência no desporto Orientação: o papel dos valores e da ética. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 16 (S1R), 517.
- Celestino, T., & Pereira, A. (2016). The formation and development of the adapted sports: a proposal for intervention. *Revista Científica da FPDD*, 2(1), 23-32.
- DePauw, K. P., & Gavron, S. J. (2005). *Disability sport* (2nd ed.). Champaign, IL: Human Kinetics.
- Dyer, B. (2015). The controversy of sports technology: a systematic review. *SpringerPlus*, 4(1), 524. doi 10.1186/s40064-015-1331-x
- Doll-Tepper, G. (1995). International Paralympic Committee Sport Sciences Committee, e International Federation of Adapted Physical Activity. *The paralympic movement: New directions and issues in sport sciences*. Berlin: German Olympic Institute.
- Figueiredo, A. (2015). *Operacionalização do Ensino e Treino da Ética no Desporto*. In H. Ribeiro, M. Gouveia, R., Freitas, & T., Figueiras (Org.) *Congresso We feel Sport: Livro de Resumos* (pp. 18), Maia 18 e 19 maio.
- Gervilla, E. (1993). *Posmodernidad y Educacion: Valores y cultura de los jovenes*. Madrid: Dykinson.
- Graça, J. (2013). Ética na Educação Física e Desporto Escolar. In A. Pereira, F. Mendes, & A. Figueiredo (Eds.), *Seminário Ética no Desporto Move-te por Valores! Livro de Resumos* (pp 17-20). Viseu: ESEV/IPV.
- Gonçalves, C. (2014). Para uma pedagogia do desporto moralmente relevante: corpo e racionalidade na aprendizagem desportiva. In M. Renaud (Org.), *Ética e Valores do Desporto*, (pp. 81-94), Lisboa: Edições Afrontamento.
- Guttmann, L. (1976). *Textbook of sport for the disabled*. Aylesbury, England: HM+M Publishers.
- Hernández F. J. (2000). El deporte para atender la diversidad: deporte adaptado y deporte inclusivo. *Apunts, Educación Física y Deportes*, 60, 46-53.
- Howe, P. D. (2008). The tail is wagging the dog: body culture, classification and the paralympic movement. *Ethnography*, 9(4), 499-517.
- Howe, P. D. (2011). Cyborg and supercrip: The Paralympics technology and the (dis) empowerment of disabled athletes. *Sociology*, 45(5), 868-882.
- Hutzler, Y. (2011). Evidence-based practice and research: Challenge to the development of adapted physical activity. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 28, 189-209.
- Lima, J., & Marcolino, P. (2012). *Manual Plano Nacional Ética no Desporto*. Lisboa: Instituto Português do Desporto e da Juventude.
- Lipovetsky, G. (1994). *O Crepúsculo do Dever. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumismo*. Lisboa: Edições 70.
- Marcellini, A., Ferez, S., Issanchou, D., De Léséleuc, E., & McNamee, M. (2012). Challenging human and sporting boundaries: The case of Oscar Pistorius. *Performance Enhancement & Health*, 1(1), 3-9.
- Marinho, T. (2007). Em defesa do desporto de alto rendimento. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Coord.) *Em defesa do Desporto: Mutações e Valores em Conflito* (pp.230-244). Coimbra: Almedina.
- Marinho, T., & Silva, G. (2016). Do compromisso ético do treinador de futebol. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 16(S2.R), 579.

- Marivoet, S. (1998). *Aspectos Sociológicos do Desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mazzeo, F., Santamaria, S., & Iavarone, A. (2015). Boosting in paralympic athletes with spinal cord injury: doping without drugs. *Functional neurology*, 30(2), 91-98.
- McNamee, M. (2011.) After Pistorius: Paralympic Philosophy and Ethics. *Sport Ethics and Philosophy*, 5(4), 359-361. doi 10.1080/17511321.2011.621393
- Pereira, A., Mendes, F., & Figueiredo, A. (2013). Editorial. In *Seminário Ética no Desporto Move-te por Valores! Livro de Resumos* (pp 5-6), Viseu: IPV/ESEV.
- Porreta, D., & Sherrill, C. (2005). APA at Twenty: A Documentary Analysis, Adapted Physical Activity. *Quarterly*, 22(2), 119-135.
- Reid, G. (2000). Future Directions of Inquiry in Adapted Physical Activity. *Quest*, 52(4), 369-381. doi 10.1080/00336297.2000.10491724
- Santamaria, S., Ascione, A., Tafuri, D., et al (2013). Gene doping: biomedical and laws aspects of genetic modification of athletes. *Medicina Sportiva*, 17, 193-199.
- Santamaria, S., & Mazzeo, F. (2014). Ethical issues and doping in Olympic and Paralympic Games. *Medicina Sportiva Journal of Romanian Sports Medicine Society*, 10(4), 2411-2417.
- Saraiva, J. P., Almeida, M. R., Oliveira, C., Fernandes, R., & Cruz-Santos, A. (2013). Desporto Adaptado em Portugal: do conceito à prática. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 18(5), 623-635.
- Schantz, O., & Gilbert, K. (2008). Reconceptualizing the Paralympic Movement. In K. Gilbert & O. Schantz (Eds.), *The Paralympic Games: Empowerment or Slide Show?* (pp. 8-16). Toronto: Meyer & Meyer Sport.
- Sherrill, C. (1999) Disability sport and classification theory: A new era. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 16, 206–15.
- Silva, A. (2016). Ciências do Desporto Contributos para o rendimento desportivo. In N. Rita (Coord.), *Valorizar Socialmente o Desporto um Desígnio Nacional* (pp. 5-32). Lisboa: Comité Olímpico de Portugal.
- Sousa, A., Corredeira, R., & Pereira, A. L. (2013). Desporto Paralímpico em Portugal: da sua génese à atualidade. *Revista Portuguesa Ciências Desporto*, 13(1), 93-112.
- Tejero, J. P., Vaíllo, R. R., & Rivas, D. S. (2012). La Actividad Física Adaptada para personas con discapacidad en España: perspectivas científicas y de aplicación actual. *Cultura Ciencia e Deporte*, 7(21), 213-224. doi 10.12800/ccd.
- Tweedy, M., & Vanlandewijck, Y. (2011). International Paralympic Committee position stand—background and scientific principles of classification in Paralympic sport. *British Journal of Sports Medicine*, 45, 259-269.
- Webborn N., & Van de Vliet, P. (2012). Paralympic medicine. *Lancet*, 380, 65–71. doi: 10.1016/S0140-6736(12)60831-9.
- Van Hilvoorde, I., & Landeweerd, L. (2010). Enhancing disabilities: transhumanism under the veil of inclusion? *Disability and Rehabilitation*, 32(26), 2222-2227.